

CULTU
RAL
PATRIMÓNIO E
PAISA
GÍSTICO

POLÍTICAS, INTERVENÇÕES
E REPRESENTAÇÕES

PAULO CARVALHO
JOÃO LUÍS J. FERNANDES

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

PATRIMÓNIO E TERRITÓRIO: DOS LUGARES ÀS REDES¹²

1. Património, território e desenvolvimento: novas matrizes em contextos rurais

Nas palavras de Ballart Hernández & Tresserras (2001: 11), “Hoy coincidimos que patrimonio (...) es una construcción cultural y como tal sujeta a cambios en función de circunstancias históricas y sociales”.

A mesma linha de pensamento adota Howard (2003: 186) quando escreve “Heritage is not a static phenomenon; all aspects of it – things which are considered heritage, the markets for it, and identities – all change quite fast”.

A sociedade pós-moderna elaborou, no plano coletivo, a sua própria versão de património, alicerçada em bens culturais e naturais e pressupondo a existência de um património de toda a humanidade. Nessa dimensão, a ideia de património aparece associada a valores que servem para criar vínculos entre indivíduos e estabelecer diálogos/pontes entre as gerações.

O património é, assim, como herança cultural coletiva, um importante elemento de mediação entre o passado e o presente. Se temos o privilégio de usufruir plenamente os seus valores, ao mesmo tempo assumimos o dever de legar esses testemunhos, nas melhores condições, às gerações vindouras.

De igual modo é entendido como matriz de explicitação das linguagens de estruturação dos territórios e das paisagens, e por isso é uma temática privilegiada nas reflexões sobre os caminhos para o desenvolvimento.

¹² Revisto e atualizado a partir do texto publicado no livro *Territórios e Trajetórias de Desenvolvimento* (coord. Lucília Caetano, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, 2005, pp. 177-191).

Contudo, as capacidades para identificar e ativar os valores patrimoniais são desiguais conforme as sociedades; a desigual distribuição geográfica desses recursos é outra componente diferenciadora a considerar.

No caso dos espaços rurais periféricos a dinâmica dos últimos anos tem, regra geral, acentuado o abandono e a degradação das estruturas edificadas e das paisagens. Mas, alguns desses territórios são agora organizados e apropriados (principalmente) por populações urbanas que valorizam os elementos da paisagem outrora entendidos como sinal de arcaísmo e atraso de desenvolvimento, em resultado de processos espontâneos ou na sequência de linhas estratégicas de orientação e de instrumentos de política regional que enfatizam ações e medidas com o objetivo de requalificar esses territórios e promover as suas potencialidades originais e excecionais (Carvalho, s/d).

Noutras situações é a dinâmica interna e o papel dos atores locais que enfatiza o valor pedagógico do património, identificando-o e aproximando-o dos cidadãos. Em qualquer dos exemplos, as lições do passado e o contexto histórico, projetados no campo do património cultural, refletem especificidades dos territórios e configuram recursos singulares.

Rotas, circuitos, itinerários, convocando sítios e lugares como “nós” de uma “rede”, desenhados em diferentes escalas espaciais, ancorados ao património e frequentemente ao turismo cultural, representam caminhos para a construção de marcas de identidade territorial e são um estímulo para a articulação entre as diferentes peças e para a construção de um sentido de pertença ao conjunto.

No contexto da globalização os espaços rurais dos países desenvolvidos foram obrigados, uma vez que o processo é essencialmente exógeno, a abandonar a sua tradicional função de abastecedores de alimentos para reverter-se em espaços multifuncionais ao serviço da satisfação das necessidades da população urbana, como principal estratégia para sair da crise em que muitos se encontram mergulhados (Navarro Valverde *et al.* 2002: 182).

Como reconhece a geógrafa Leonor de la Puente Fernández (2002: 234), “En las últimas décadas, y consubstancial al desarrollo del capitalismo en el sector agrario, en el mundo rural europeo se está profundizando en un doble proceso territorial de signo contrario, iniciado anteriormente, que la Comisión Europea denomina con los términos de concentración, especialización e intensificación por un lado, y de marginalización por otro (...)”.

De acordo com a mesma autora, os processos de abandono dominam as áreas marginais e são acompanhados da destruição de infraestruturas, do património, da paisagem, enfim, de investimentos acumulados que, todavia, poderiam contribuir para a formação de riqueza no mundo rural mediante a sua reutilização em outras iniciativas sócio-económicas. Além disso, a marginalização suscita a necessidade de intervenção no território para reduzir os impactos sobre os recursos e evitar perdas irreparáveis. Mas, por outro lado, os espaços marginais são procurados por uma população urbana sedenta de usufruir experiências centradas nos valores naturais e culturais, cuja presença, cada vez mais intensa, pode acelerar o processo de destruição do património e gera necessidades de equipamentos e serviços cuja exigência se reclama ao setor público e, em definitivo, à sociedade em geral.

A nova política para o mundo rural deve ser orientada para o desenvolvimento rural integrado, unindo a dimensão sócio-rural e ambiental, assumindo que é necessária a diversificação das atividades produtivas nos espaços rurais, e determinando novos objetivos para a agricultura em função da perspectiva de ordenamento dos espaços rurais (Salom Carrasco, 2000). O caráter multifuncional indica que, além de abastecer de produtos agrícolas, a agricultura produz bens públicos (cria natureza e paisagem, preserva o ambiente e facilita a gestão do território), pelos quais o cidadão deverá pagar.

As experiências LEADER (I e II), nos anos 90, e a nova fase (LEADER+) são a expressão concreta dessa atmosfera de mudança em que se procura outorgar ao mundo rural um papel mais ativo e inovador na condução do seu próprio futuro.

De igual modo é preciso assinalar importantes modificações no plano sócio-cultural, nomeadamente a extensão dos modelos culturais urbanos ao espaço rural e, de forma paralela, a revalorização dos “modos de vida” e das culturas rurais; a consciencialização dos cidadãos sobre a necessidade de conservar o ambiente e preservar a paisagem; a cada vez maior procura de natureza e espaços naturais (e culturais) por parte da sociedade de ócio que se generalizou nos países mais desenvolvidos.

Nos últimos anos nos espaços rurais abriu-se caminho a diferentes opções de desenvolvimento, dando lugar a uma nova articulação territorial entre áreas rurais, entre estas e o espaço urbano, e a globalidade.

Para as áreas mais deprimidas favoreceu-se uma nova lógica, não de crescimento sectorial agrícola mas de desenvolvimento rural: a pluriatividade é a via que se impõe como solução para a crise agrícola, e uma das principais opções de desenvolvimento é o turismo rural (Salom Carrasco, *op. cit.*).

Interessa-nos em particular não a atividade em si mesma mas as suas relações com o território e o património, e por isso podemos considerar o espaço segundo a perspectiva de utilização turística.

Trata-se de um modelo emergente, em consequência de mudanças culturais e sociais, alicerçado numa diversificação da oferta turística, ao contrário do (seu antecessor) turismo costeiro, de sol e praia, massificado e capaz de gerar fluxos realmente extraordinários de visitantes.

Como reflexo da crescente variedade de estilos de vida, o turista mais culto deixou de ser um objeto dirigido pela oferta, manipulado pela propaganda, para alcançar uma certa maturidade na eleição mais seletiva do espaço de destino e do tipo de oferta. Tem recebido o mais alto interesse por parte das entidades políticas (nacionais, regionais e locais) que em certos casos legislaram sobre o seu desenvolvimento e controlo e é objeto de importantes investimentos (por exemplo os projetos apoiados pelos programas LEADER), com o objetivo de orientar a diversificação produtiva dos meios rurais tradicionais, com a valorização de uma atividade turística, que pode basear-se na qualidade natural (é o caso da promoção de espaços naturais protegidos), ou os valores culturais do seu património (natural, cultural, paisagístico), ou na sua potencialidade como uso recreativo e desportivo.

A diversidade de termos, turismo rural, agroturismo, turismo de natureza, ecoturismo, sugerem fórmulas diferentes, que originam transformações espaciais e implicações variadas nas estruturas sociais (García Manrique, 2000) – as estações de esqui (que exigem espaços construídos especificamente para a atividade) e o agroturismo (com quase nula alteração e impacto paisagístico) são disso exemplo.

A maioria dos documentos sobre desenvolvimento sustentável do turismo elaborados nos últimos anos, reconhece o património (na amplitude das conotações natural e cultural) como recurso para o desenvolvimento e, por isso, as componentes do território são elementos chave para a valorização turística dos lugares.

Desta forma a própria paisagem é interpretada como um ativo turístico no sentido de que pode configurar uma ferramenta útil de desenvolvimento e um

valor a conservar para o turismo rural. De igual modo, importa referir que a qualidade estética, a autenticidade e a variedade nas composições territoriais fazem toda a diferença (Antón Clave, 2000).

Uma vez que assistimos a um progressivo desenvolvimento e consolidação de formas de ocupação e uso do espaço rural vinculadas ao turismo, importa refletir sobre a sua tradução territorial e perceber se o turismo rural se constitui num novo fator de articulação económica e territorial ou, por outras palavras, questionar a viabilidade do turismo rural e a sua capacidade para revitalizar territórios. Os resultados das investigações sobre esse papel do turismo são “contraditórios”. Se por um lado há situações em que o turismo parece conduzir a uma reconstrução ou valorização coerente das paisagens de suporte, mediante a intervenção pública (mormente através de subvenções) ou privada procurando construir o suporte da imagem rural, por outro lado não é fácil evitar o impacto paisagístico decorrente de certas infraestruturas ou a construção de novas residências.

A afirmação da relação entre turismo e património, tanto a nível internacional como em Portugal, decorre em boa parte da crescente importância e visibilidade do turismo em todas as suas manifestações (das práticas recreativas às dimensões enquanto atividade económica) bem como da preocupação pela preservação e valorização do património das sociedades nas suas diversas manifestações (Fernandes e Carvalho, s/d).

De qualquer maneira, a avaliação da transformação territorial e da paisagem que produz a implantação turística leva a considerar a existência (ou não) de políticas rurais e turísticas consistentes durante o processo de criação do espaço turístico, afinal uma das causas fundamentais de certas discontinuidades e problemas. Por isso o “êxito” social da atividade em termos de conservação e valorização do património (e da paisagem) não pode desvincular-se de medidas concretas derivadas da intervenção pública, nomeadamente planos de intervenção ancorados a matrizes físicas (de ordenamento) e suportes financeiros necessários para impulsionar e consolidar a sua execução.

Por outro lado, importa sublinhar que “as paisagens exprimem a unicidade e a identidade de cada lugar (*genius loci*), refletindo tanto a história natural como cultural de um território, num determinado momento. O seu carácter é dinâmico e está continuamente em mudança mas é único para cada lugar” (Pinto-Correia, 2001: 198).

A interação entre o sistema natural e o sistema social, confere à paisagem uma dimensão territorial e cultural em que o modo de apropriação da paisagem pelas comunidades varia tanto pelo sistema natural, como com os valores da sociedade que sobre ela atua (Pinto-Correia, *op. cit.*; Leimgruber, 2002; Wearing & Neil, 2000).

Na perspectiva da UNESCO as paisagens culturais representam as obras combinadas da natureza e do homem, entidade que também reconhece a grande variedade dessas manifestações interativas.

O texto da “Convenção Relativa à Proteção do Património Mundial” refere, entre outras, as paisagens culturais como paisagens que evoluíram organicamente. Hoje essas paisagens podem constituir uma relíquia (ou fóssil) do passado, ou podem ainda exercer um papel social ativo, associado a um modo de vida tradicional em evolução.

Na Convenção Europeia da Paisagem (Conselho da Europa, 2000), os países signatários comprometem-se a considerar as paisagens como fatores fundamentais da identidade europeia, incorporando-a no seu património natural e cultural.

Parte-se da constatação de que as paisagens europeias se encontram num processo acelerado de transformação em várias e diferentes direções, o que justifica a necessidade de intervenção (definindo políticas paisagísticas e incluindo as paisagens nas políticas setoriais).

No caso das paisagens culturais de matriz rural, é possível identificar algumas questões estruturais: Como mantê-las funcionais? Como fazê-las evoluir de forma harmoniosa? Com quem? E para quem?

Importa pois entender a sua linguagem de estruturação, isto é, os acontecimentos e os valores, e a forma como se manifestam nos laços sociedade-território, ultrapassando uma fase de um certo analfabetismo (incapacidade ou desinteresse em ler e interpretar as paisagens).

2. Dos lugares às redes:

o património e as novas perspectivas de (des)envolvimento

Lameiras-Campagnolo *et al.* (2002: 25) refletem sobre o conceito de rede, “o qual privilegiando uma articulação multimodal e bidirecional entre os seus constituintes (...), é encarado como uma particularização do conceito de sistema,

associada, à partida, a uma mais impositiva interdependência dos constituintes e a uma mais finalizada coesão do conjunto”.

A aproximação e apresentação destes dois conceitos revela “duas classes diferenciadas de organização: – o sistema, dotado de uma fronteira e de uma finalidade concebidas à priori; – a rede, dotada de uma fronteira alterável e de uma finalidade concebida parcialmente aquando da sua génese e precisada no decurso do seu funcionamento. Enquanto o sistema pode ser definido como um conjunto de elementos interdependentes expressamente escolhidos com o fim de responder a uma finalidade global, a rede aparece como um conjunto de elementos (nós e conexões) “em construção”, cuja finalidade, embora mantida globalmente, pode acolher sucessivas alterações pontuais ou eventuais retificações. Integrando na sua própria dinâmica, elementos não-estruturados ou reestruturáveis, a rede evolui não somente através da adjunção e a codificação de novas componentes (admitindo novos nós e novas conexões), mas também através da reavaliação de componentes mais antigas (modificando certos nós e certas conexões), por intermédio de releituras semiexploratórias descodificantes-codificantes” (Lameiras-Campagnolo *et al.*, *op. cit.*, 26-27).

Trata-se, portanto, de um conceito ordenador e coordenador, e de um processo que envolve elementos em interação.

Opinião partilhada por muitos autores é a de que a rede se desenvolve num modo flexível, contrariando as estratégias de integração vertical e de controlo hierárquico dos recursos e, por isso, o diagrama das suas relações internas não alinha ou atenua muito uma matriz de natureza hierarquizada (arborescente ou linear).

Segundo Maryvonne Le Berre (1998: 613), “Le territoire est, pour le géographe, l’entité privilégiée pour mettre en évidence les localisations: leur *répartition spatiale* a une forme générale *points, réseau* ou *pavage* selon la matérialité correspond à de phénomènes ponctuels (des villes assimilées à des points), des phénomènes linéaires (des routes, des canalisations, des câbles) ou des surfaces (champs cultivés)”.

No estudo da localização, a noção de estrutura “exprime la façon dont les éléments composant un territoire sont disposés dans l’espace et dans le temps, les arrangements territoriaux en quelque sorte” (Le Berre, *op. cit.*, 614). Assim no estudo das repartições territoriais encontramos palavras-chave do vocabulário geométrico e topológico.

Independentemente do contexto de análise (científico, empresarial, militar), a ideia de formular propostas compatíveis com uma estrutura em “rede” ganha expressão nos últimos anos.

No seio de uma dada organização funcional e territorial, a “rede” convoca temas ou ligações como o património (na amplitude das dimensões natural e cultural), os museus, acontecimentos históricos, entre outros. Por isso, os “nós” são conotados com unidades museológicas, sítios, territórios, lugares – para referir apenas alguns exemplos.

No caso dos museus portugueses, depois de algumas décadas marcadas por tentativas isoladas e descontínuas para ordenar o tecido museológico nacional, e perante uma realidade museológica em que foram identificadas mais de 500 entidades que reclamam a designação de museu, o Instituto Português de Museus (IPM) considerou indispensável uma reforma. Era necessário reunir essas entidades numa estrutura funcional, através de um documento programático que é uma solução “museológica invulgarmente adequada para reunir instituições muito diversas, através do enfoque em elementos essenciais como a memória, a coleção e a transferência de património cultural, em vez da opção por um sistema que as ordene em função do tamanho, da geografia, da temática” (Agren, 2002: 21). A rede daí resultante, a Rede Portuguesa de Museus (RPM), pretende englobar todas as entidades que tenham essas características museológicas básicas. “A opção pelo conceito de rede – além de estar em conformidade com a rede de bibliotecas e arquivos já existente – realça também a importância central da comunicação” (Agren, *op. cit.*). Neste caso, procura-se tirar partido da eletrónica, que por via da instantaneidade e simultaneidade globais, oferece novas e fantásticas condições de eficácia no âmbito das ligações em rede. Participação, cooperação e partilha de informação e conhecimentos são, então, a nova expressão dos objetivos de tornar úteis e atrativas as instituições (como os museus) – principalmente pela sua diversidade.

Nesse caminho enquadra-se na ideia defendida por Raposo (2002: 91-92), segundo a qual a viabilidade futura dos museus está também intimamente dependente da capacidade que demonstrem em criar, alargar e manter vivos sistemas de organização em rede e experiências de parceria – quando se discute o futuro dos “museus - não lugares”, o papel dos museus virtuais, e se afirma a importância da conservação (e do património) *in situ*.

De acordo com Michael Dower (1997) vários elementos do património integram-se facilmente em itinerários turísticos ou circuitos temáticos. Assim, os caminhos de peregrinos (como os de Santiago de Compostela em Espanha), mas também os caminhos de ferro a vapor (muito populares no Reino Unido, em França e na Bélgica), os canais e vias navegáveis que contam à sua maneira a história de numerosas regiões, as rotas do vinho, da lã, entre outras, são outros tantos meios para integrar diferentes elementos do património das regiões percorridas.

Na expressão de Richards (1998: 106), “The development of thematic routes and itineraries has received a renewed impulse in recent years thanks to the discovery of cultural tourism as a major growth area in the European tourism market”.

Esse (novo) turismo cultural teve o apoio do Conselho da Europa, desde meados dos anos 80, com o lançamento do programa dos “Itinerários Culturais”. A escolha dos caminhos de Santiago de Compostela, como primeiro itinerário cultural europeu, enquanto caminho altamente simbólico no processo da construção europeia, serviu de referência e exemplo para as ações futuras. Estava lançada a semente para explorar caminhos reais e imaginários, onde se forjou, ao longo dos séculos, a identidade cultural europeia, na sua unidade e diversidade. Duas décadas depois, a lista dos “Itinerários Culturais” do Conselho da Europa excede as duas dezenas de temas – Mozart, os celtas, parques e jardins, as cidades europeias das grandes descobertas, o humanismo, as festas populares, são alguns exemplos que é possível referenciar. Esses itinerários possibilitam projetos de cooperação nos domínios da pesquisa, da valorização patrimonial, da cultura e das artes, dos intercâmbios culturais e educativos dos jovens, do turismo cultural na Europa e do desenvolvimento cultural durável.

A nova oferta do turismo cultural possibilita o encontro entre o património e os visitantes gerando recursos que servem de complemento aos rendimentos de muitas regiões rurais. De igual modo, importa considerar as novas tendências do consumo cultural: contemplativo, participativo, vivencial.

Assim, os circuitos turísticos e culturais surgem como um conjunto de traçados turísticos, em que é essencial desenhar e materializar ações de animação, difusão e promoção dos seus recursos nucleares, e dar argumentos aos visitantes para permanecer alguns dias.

Segundo Maynar Aguilar (1998), a rota turística pode ser definida como um itinerário temático para a descoberta do património, capaz de provocar

a realização de uma viagem através do território que a sustenta, utilizando recursos e serviços, sendo portanto, um produto elaborado e suscetível de ser comercializado. O objetivo é promover a mobilidade dos visitantes ao longo do itinerário, por sua vez estruturado em etapas, sítios e lugares e estruturas de acolhimento; as ações de animação e promoção são fundamentais segundo a perspectiva de permanência no tempo. O circuito, em termos turísticos, é o itinerário com saída e chegada ao mesmo ponto estabelecido sobre as infraestruturas viárias capaz de ser percorrido num curto espaço de tempo, sempre inferior a um dia, tendo qualquer conteúdo temático.

Mas, acima de tudo, o que importa sublinhar é a ideia de criar vínculos entre os lugares (ou com os lugares) por onde os viajantes passavam, como a Rota da Prata, o Caminho de Santiago, ou outros menos conhecidos, através de marcas de identidade.

Os lugares (ou sítios) devem ser selecionados em função de critérios que deem coerência e unifiquem os diferentes pontos, de modo a que a rede a constituir represente mais do que a soma aritmética das suas componentes.

O Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), através dos “Itinerários e Inventários Temáticos”, também tem contribuído para a divulgação ou implementação deste tipo de estruturas. As propostas apresentadas pelo IPPAR abrangem quatro domínios:

1. “Património Industrial”, com os campos da manufatura (por exemplo a Real Fábrica de Panos da Covilhã), indústria (como a Central Tejo), estruturas sociais associadas (por exemplo a residência de Guilherme e Diogo Stephens), infraestruturas e obras públicas (Aqueduto das Águas Livres, Ponte Maria Pia, entre outros);
2. “Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve”, centrados em onze sítios arqueológicos (por exemplo as ruínas de Miróbriga e o conjunto monumental de Mértola). Trata-se de uma iniciativa desenvolvida pelo IPPAR, em articulação com as autarquias envolvidas e outras entidades públicas e privadas, que surgiu com “a necessidade de estabelecer condições para a salvaguarda e dinamização turístico/cultural de sítios arqueológicos, através da investigação, preservação, valorização e divulgação, e criar infraestruturas de acolhimento do público e de interpretação dos sítios selecionados” (IPPAR, 2003).

3. “Itinerários de Cister”, envolvendo nove conjuntos monásticos portugueses, (por exemplo Santa Maria de Lorvão e Santa Maria de Alcobaça), segundo “um programa de ação que contempla intervenção de restauro, divulgação, sinalização e definição de circuitos integrados de visita” (IPPAR, *op. cit.*).
4. “Circuitos Arqueológicos Antas de Elvas”, repartidos por dois circuitos de visita, um ao longo das margens do Guadiana, outro em torno da aldeia de Barbacena, com cerca de duas dezenas de monumentos megalíticos classificados.

Por seu lado, a “Rota de Escritores do século XX da Região Centro” é outro exemplo muito interessante de como a partir da literatura é possível valorizar património que não é apenas literário. Polarizada em torno de motivos simbólicos, a iniciativa lançada pela Comissão de Coordenação da Região Centro, assume a dimensão de um projeto sócio-cultural, aproveitando as ligações entre os territórios e o universo da obra de determinados escritores que se tenham notabilizado.

A concretização do projeto, estruturado segundo um processo de candidatura aberto às autarquias da região, resulta em práticas simbólicas e bens materiais duradouros. A primeira componente manifesta-se no lançamento simultâneo de exposições temáticas, originárias de cada núcleo local, centradas nos escritores selecionados pelas autarquias (Afonso Lopes Vieira, Eugénio de Andrade, Miguel Torga, Fernando Namora, Carlos de Oliveira, Aquilino Ribeiro, e Vergílio Ferreira). Associado às exposições (com caráter itinerante), lançadas em janeiro de 2003, está a componente editorial, com a publicação de roteiros e monografias consagradas aos escritores, entre outras iniciativas previstas e que envolvem também parcerias com outras entidades (por exemplo, a Direção Regional de Educação do Centro).

3. Em jeito de conclusão

A especificidade e o caráter diferencial do espaço rural assenta em boa parte naqueles fatores que caracterizam e definem as qualidades particulares do lugar e do território onde se integra.

O património é um desses elementos diferenciadores, com importante papel de mediação na (re)construção de memórias e identidades. Nos últimos anos é recorrente a sua utilização como âncora de iniciativas de desenvolvimento que

visam requalificar territórios periféricos ou persistentemente marginalizados, projetar a sua imagem e estimular dinâmicas demográficas e económicas positivas, com ligação frequente a certas dimensões turísticas.

A articulação de *sítios* e lugares através de projetos territorialmente mais amplos, é um dos caminhos para encontrar escala de afirmação e construir imagens de uma certa identidade e unidade entre as partes intervenientes.

Serão esses estímulos suficientes para a redescoberta e reinvenção do rural, e das novas formas de viver a ruralidade, com mais dignidade e qualidade de vida?

Importa, pois, reconhecer aqueles que mantêm as paisagens e que são parte importante desse património, de modo a estancar a sangria demográfica dos lugares serranos ou pelo menos estimular a presença e a fixação de nova população, encontrando os equilíbrios possíveis e desejáveis para a salvaguarda e a valorização dessas paisagens vincadamente culturais.

A resposta (e o envolvimento) da população, no espectro heterogéneo formado por residentes permanentes, neo-rurais e proprietários de residências secundárias, a dinamização e a visibilidade das aldeias (e da própria “rede”) são questões pertinentes que gravitam em torno da iniciativa de requalificação (urbana).

Assim os meios financeiros disponíveis, o empenho e a capacidade científica e técnica representem o “cimento” capaz de armar uma estrutura duradoura, a partir de ações coerentes, integradas, integradoras e socialmente justas e participadas.

Mas integrar e coordenar ações e territórios sugere também aprender a trabalhar em rede (e em parceria), o que pressupõe da parte dos agentes e instituições envolvidas, um conhecimento profundo da realidade dos territórios, e o interesse em interagir e partilhar informação e responsabilidade com os diversos agentes a envolver nos caminhos para o desenvolvimento. No plano das instituições, é ainda importante a “articulação entre objetivos estruturais e programáticos consoante a perspetiva de ações que materializem a cooperação e partilha de recursos ou de metodologias aplicadas” (Filipe, 2002: 115).

No momento em que as políticas públicas refletem a importância da dimensão territorial, é oportuno aprofundar parcerias, promover a discussão e a participação pública esclarecida nos caminhos do desenvolvimento, com o objetivo de estruturar projetos e alicerçar em bases sólidas realizações suscetíveis de envolver e comprometer os cidadãos. Isto para evitar que os edifícios (leia-se projetos) comecem pelo telhado!

Bibliografia

- Agren, P. U. 2002, "Reflexões sobre a Rede Portuguesa de Museus", *Atas do Fórum Internacional Redes de Museus*, IPM/RPM, Lisboa, pp. 17-24.
- Ballart Hernández, J. & Tresseras, J. 2001, *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel, Barcelona.
- Beaudet, G. 1999, "Paysage et investissement de valeur", in *Le paysage : territoire d'intentions*, dir. P. Gonidec-Poullaouec et al., L'Harmattan, Paris, pp. 35-51.
- Carvalho, P. s/d, "População, Território e Desenvolvimento. Análise a partir das aldeias serranas da Lousã", *Atas do X Encontro APDR*, Coimbra (em publicação).
- Claval, P. 2002, "El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio", *Boletín de la AGE* (Asociación de Geógrafos Españoles), 34, pp. 30-39.
- CCRC 2001, *Programa Operacional da Região Centro 2000/2006*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.
- CCRC s/d, *Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior – Plano Global de Intervenção*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.
- Dower, M. 1998, "O recurso património – um trunfo para o desenvolvimento local", *Leader Magazine*, 17.
- Fernandes, J. L. e Carvalho, P. 2004, "Património, Memória e Identidade: Repensar o Desenvolvimento", in *Território, Ambiente e Trajetórias de Desenvolvimento*, coord. L. Caetano, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, pp. 193-217.
- Filipe, G. 2002, "A participação do Ecomuseu Municipal do Seixal em parcerias europeias no campo do património industrial", *Atas do Fórum Internacional Redes de Museus*, IPM/RPM, Lisboa, pp. 109-116.
- García Manrique, E. 2000, "Los espacios del turismo", *Atas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles (El Territorio y su Imagen)*, CEDMA, Málaga, pp. 41-113.
- Hernández Hernández, F. 2002, *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*, Ediciones Trea, Gijón.
- Howard, P. 2003, *Heritage: management, interpretation, identity*, Continuum, London.
- IPPAR 2003, "Itinerários e Inventários Temáticos" (in www.ippar.pt; consulta em 12/10/2003.)
- Lameiras-Campagnolo, M. O. e Lameiras-Campagnolo, H. 2002, "O conceito de rede: incidência sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas", *Atas do Fórum Internacional Redes de Museus*, IPM/RPM, Lisboa, pp. 25-39.
- Leimgruber, W. in press, *Heritage conservation awards: stimuli to life for remote settlements?* (Paper presented to UGI Commission on the Dynamics of Marginal and Critical Regions joint meeting in Taegu, 08-13 August 2000).
- Maynar Aguillar, M. 1998, "Concepto de ruta turística (...)", *European Congress about Cultural Itineraries and Thematic Routes*, Fundación Caja Rioja, Logroño, pp. 311-317.
- Navarro Valverde, F., Cejudo García, E. e Maroto Marcos, J. C. 2002, "Territorios de acción para el desarrollo rural. El caso de la provincia de Granada", *Atas del XI Coloquio de Geografía Rural (Los espacios rurales entre el hoy y el mañana)*, Servicio de Publicaciones de Universidad de Cantabria, Santander, pp. 181-190.
- Puente Fernández, L. (2002). "El paisaje agrario en el discurso territorial de la PAC y en la ordenación de los espacios rurales", *Atas del XI Coloquio de Geografía Rural (Los espacios rurales entre el hoy y el mañana)*, Servicio de Publicaciones de Universidad de Cantabria, Santander, pp. 234-242.

- Richards, G. 1998, "Cultural tourism in Europe: recent developments", *European Congress about Cultural Itineraries and Thematic Routes*, Fundación Caja Rioja, Logroño, pp. 105-113.
- Salom Carrasco, J. 2000, "Los lugares y los procesos de globalización", *Atas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles (El Territorio y su Imagen)*, CEDMA, Málaga, pp. 171-186.
- Wearing, S. & Neil, J. 2000, *Ecotourism (impacts, potenciales and possibilities)*, Butterworth Heinemann.